

Formação académica em Arquitetura Paisagista **Identidade e articulação entre ciclos de estudo na Universidade de Évora,** **Portugal**

SESSÃO TEMÁTICA: ET5 Maria Freire; Aurora Carapinha

RESUMO

A formação em Arquitetura Paisagista em Portugal, iniciada nos anos 40 do século XX, evoluiu em estreita relação com mudanças institucionais, influências europeias e transformações técnico-científicas. Este artigo apresenta uma sistematização dos oitenta anos deste percurso, centrando-se no caso da Universidade de Évora, uma das escolas fundadoras e influente no desenvolvimento da Arquitetura Paisagista no país. A análise integra a identidade desta formação e considera os três ciclos de estudos - licenciatura, mestrado e doutoramento - articulando a evolução histórica, as reestruturações curriculares, os princípios pedagógicos e o alinhamento com referenciais internacionais. A metodologia inclui análise documental, revisão comparativa de planos de estudo e enquadramento internacional, permitindo identificar continuidades estruturantes, mudanças significativas e singularidades pedagógicas. Os resultados evidenciam a afirmação de um modelo formativo holístico, interdisciplinar e fortemente ancorado nas ciências biofísicas, culturais, sociais e artísticas, com destaque para os contributos de figuras fundacionais e para a ligação entre ensino, investigação e prática profissional. Conclui-se que a formação em Arquitetura Paisagista na Universidade de Évora tem desempenhado um papel estruturante na consolidação da disciplina em Portugal, expressando um compromisso com a experimentação pedagógica, a ética da paisagem e os desafios sociais contemporâneos associados ao ordenamento, desenho e gestão da paisagem.

PALAVRAS-CHAVE: arquitetura paisagista; ensino superior; universidade de Évora - Portugal; currículo

ABSTRACT

The education of Landscape Architecture in Portugal, initiated in the 1940s, has evolved in close relation to institutional changes, European influences and technical-scientific developments. This article offers a systematization of eighty years of this trajectory, focusing on the case of the University of Évora, one of the founding and influential schools in the development of the discipline in the country. The analysis encompasses the identity of the education and considers the three cycles of study - bachelor's, master's and doctoral levels - articulating historical evolution, curricular restructurings, pedagogical principles and alignment with international frameworks. The methodological approach combines documentary analysis, comparative review of study plans and international benchmarking, enabling the identification of structural continuities, significant transformations and pedagogical particularities. The results highlight the consolidation of a holistic and interdisciplinary educational model, strongly rooted in biophysical, social and artistic sciences, with emphasis on the contributions of foundational figures and on the strong connection between teaching, research and professional practice. It is concluded that Landscape Architecture education at university of Évora has played a structuring role in consolidating the discipline in Portugal, demonstrating a commitment to pedagogical experimentation, landscape ethics and the contemporary societal challenges associated with landscape planning, design and management.

KEYWORDS: landscape architecture; higher education; University of Évora – Portugal; curriculum

1 INTRODUÇÃO

A formação em Arquitetura Paisagista em Portugal teve início nos anos 40 do século XX e tem evoluído de forma contínua, influenciada por dinâmicas institucionais europeias, reformas do ensino superior e exigências técnico-científicas emergentes. O objetivo deste artigo é apresentar uma sistematização de oito décadas deste percurso, tomando como caso de estudo a Universidade de Évora (UÉ).

Desenvolve-se, assim, uma análise integrada dos três ciclos de formação oferecidos pela UÉ, articulando evolução histórica, reestruturações curriculares, fundamentos pedagógicos e enquadramento institucional internacional. Para além da descrição diacrónica, procura-se construir uma interpretação crítica sustentada por teorias e pedagogias do ensino da paisagem.

A abordagem metodológica baseia-se na análise documental, integrando legislação nacional, relatórios institucionais, planos de estudo, descrições de unidades curriculares e referências históricas relevantes para compreender a evolução do ensino e o estado atual do tema. Inclui ainda uma revisão curricular comparativa, analisando as principais reformulações ocorridas ao longo das últimas décadas, bem como as continuidades, mudanças estruturais e impactos pedagógicos entre diferentes momentos de reestruturação.

A metodologia considera também os quadros de referência definidos pela ECLAS (European Council of Landscape Architecture Schools) e pela IFLA Europa/EFLA (International Federation of Landscape Architects), situando o modelo formativo no contexto das tendências internacionais da educação em Arquitetura Paisagista. Assim, combina-se a análise documental, a revisão curricular e a comparação internacional com documentos de instituições representativas do ensino e da profissão na Europa.

2 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO EM ARQUITETURA PAISAGISTA

O desenvolvimento do ensino da Arquitetura Paisagista na Europa pode ser organizado em três fases principais - fundação, expansão e consolidação. (FREIRE, 2011; STILES et al., 2010) Em termos gerais, Portugal acompanha esta evolução, refletindo dinâmicas semelhantes no percurso formativo, institucional e teórico. (FREIRE, 2011)

No segundo quartel do século XX, apenas um número restrito de países oferecia formação na área da arquitetura paisagista, entre eles Portugal, que em 1940 iniciou o curso livre no Instituto Superior de Agronomia (ISA), em Lisboa, sob direção de Francisco Caldeira Cabral, figura fundadora da disciplina no país, formado em Arquitetura Paisagista na Alemanha. Estruturado em cinco anos, combinava fundamentos científicos e artísticos, integrando práticas curriculares e um relatório final. (ANDRESEN, 2005; FREIRE, 2011) A fase de expansão manifesta-se, em Portugal, com a criação de uma segunda escola em 1975, na Universidade de Évora (à época Instituto Universitário), sob a direção de Gonçalo Ribeiro Telles, arquiteto paisagista pertencente à primeira geração de arquitetos paisagistas formados em Portugal. Entre o final do século XX e o início do século XXI, esta



expansão prossegue com a abertura de novos cursos nas universidades do Porto, Trás-os-Montes e Alto Douro e Algarve.

A fase de consolidação coincide com o Processo de Bolonha, que introduziu reestruturações generalizadas e ajustamentos na oferta formativa. Atualmente, o ensino da Arquitetura Paisagista é ministrado nas mesmas universidades, com diferentes configurações de ciclos de estudo.

Atualmente, no contexto europeu, a formação em Arquitetura Paisagista organiza-se maioritariamente em dois ciclos, seguindo-se o doutoramento: três anos de licenciatura, um ou dois de mestrado e três ou quatro de doutoramento. (STILES et al., 2010) As formações pós-graduadas abrem-se a áreas afins, refletindo a crescente interdisciplinaridade.

Estes ensinamentos alinham-se com a Convenção Europeia da Paisagem, que estabelece o compromisso de promover a formação de especialistas, programas multidisciplinares de capacitação para profissionais públicos e privados, e cursos que abordem os valores das paisagens e as questões relacionadas com a sua proteção, gestão e ordenamento. (CONSELHO DA EUROPA, 2000, art.º 6)

3 FORMAÇÃO EM ARQUITETURA PAISAGISTA NA UNIVERSIDADE DE ÉVORA – IDENTIDADE

Quando, a 10 de novembro de 1975, se deu início ao Bacharelato de Planeamento Biofísico e Paisagístico na UÉ, inaugurava-se uma nova forma de pensar e desenvolver o ensino universitário em Portugal. Este momento surge integrado na Reforma do Ensino Superior de Veiga Simão, iniciada no período prévio e continuada após a Revolução dos Cravos (25 de Abril de 1974).

Pouco mais de dez estudantes integraram a primeira edição de um bacharelato inovador, num contexto em que a UÉ era ainda Instituto Universitário. Cinco anos depois, concluíram a licenciatura em Arquitetura Paisagista, oficialmente reconhecida, e o Instituto tornou-se Universidade (1979). Este percurso representou a concretização de um anseio antigo de muitos arquitetos paisagistas formados no curso livre de Arquitetura Paisagista do ISA, que desejavam o reconhecimento oficial da área, e a autonomia das formações de Agronomia e Silvicultura.¹

A criação do curso deveu-se à visão de Ário Lobo de Azevedo, primeiro Reitor da UÉ, que convidou Gonçalo Ribeiro Telles a conceber a estrutura curricular de uma formação inteiramente nova. A esse convite juntaram-se Alexandre Cancela d'Abreu, Margarida Cancela d'Abreu, Nuno José Noronha Mendonça e Eduardo Cruz de Carvalho, a que se vieram somar outros nomes, saberes e visões.

¹ Até ao reconhecimento oficial da licenciatura de Arquitetura Paisagista da UÉ, todos os alunos que frequentavam o curso livre do ISA eram engenheiros agrónomos ou engenheiros silvícolas, com o curso livre de Arquitetura Paisagista.



Para entender a identidade desta formação, é importante analisar a designação adotada em 1975 - Planeamento Biofísico e Paisagístico. A escolha do nome respondia a duas exigências políticas: por um lado, enquadrava-se na já mencionada política de criação de universidades no interior do país, com desenvolvimento de ensinos distintos; por outro, permitia contornar a resistência existente em Lisboa ao reconhecimento da Arquitetura Paisagista como área autónoma. A designação não mencionava diretamente a profissão, mas continha, de forma implícita, a sua essência conceptual e prática. Assim, anunciava-se um projeto que viria a consolidar-se em 1980, com o reconhecimento oficial da licenciatura em Arquitetura Paisagista – concretizando-se, afinal, a visão que Francisco Caldeira Cabral defendia desde os anos sessenta, quando afirmava que a Arquitetura Paisagista era uma profissão do futuro, cuja afirmação dependia decisivamente do seu próprio ensino.

A paisagem era entendida como sistema vivo e dinâmico, simultaneamente natural e cultural, configurado pela ação humana ao longo do tempo. Esta visão holística expressa-se na articulação entre ecologia, economia, sociologia, história e estética, integrando contributos ou referências tão diversas como a ecologia integral de Teilhard de Chardin, o pensamento complexo de Edgar Morin e a visão humanista inspirada em documentos como a encíclica *Rerum Novarum* (Coisas Novas).

Geografia física e cultural, hidrologia e hidráulica, pedologia, e o estudo detalhado da vegetação - nomeadamente das associações edafo-fitoclimáticas -, bem como a leitura integrada da cidade e do campo eram ensinados não como domínios isolados, mas como componentes ou sistemas interdependentes. Esta integração de saberes informava o ato de projetar, entendido como uma antecipação responsável do futuro, orientado para a melhoria da qualidade de vida das comunidades e da própria humanidade.

Desde o início, o curso estruturou-se em torno de práticas pedagógicas inovadoras. O desenho era a expressão desse projeto de futuro: expressão da ideia, mas também instrumento de leitura, interpretação e compreensão do real.

As viagens de estudo, que concretizavam a realização de percursos, acampamentos, visitas a comunidades, contacto com ateliês e projetos, tornaram-se marca identitária da formação, promovendo uma aprendizagem imersiva e sensível. Ao longo dos cinco anos de formação, esta abordagem desenvolveu:

- Uma visão abrangente (artística, científica e social) capaz de responder ao mundo complexo que habitamos;
- Uma leitura sistémica da paisagem, contrariando a fragmentação do conhecimento;
- A compreensão da paisagem como construção cultural, onde se cinzela o passado e se inscreve o futuro.

Estas metodologias, hoje amplamente difundidas (ainda que, por vezes, utilizadas como mera adição de palavras e não como fundamento de uma prática) eram profundamente inovadoras em 1975, visões prenhes de esperança. Enraizavam numa atitude política e concretizavam-se numa prática assente numa ética (cultural, ecológica, social e



económica) e numa estética, que propunha a transformação da paisagem com e para as comunidades, através do projeto e do plano da paisagem.

Este é o legado que nos foi transmitido por Gonçalo Ribeiro Telles e por todos os que o acompanharam nessa aventura - na academia e no exercício da profissão, nos vários níveis da administração pública. É esse legado que continuamos a transmitir na UÉ, sustentado nos pilares que orientam a formação em Arquitetura Paisagista:

- Projetar para um chão comum, reconhecendo a paisagem como base da vida humana;
- Demonstrar que as questões ecológicas não são impeditivas do desenvolvimento económico;
- Entender a paisagem como conceito operativo (cultural, ecológico, estético e afetivo) que deve fundamentar o pensamento e a prática do ordenamento;
- Defender a paisagem como conceito central na definição de políticas públicas;
- Compreender a paisagem não como cenário, mas como sistema vivo e dinâmico, configurado por uma morfologia e cultura próprias em permanente transformação;
- Assumir que a gestão e a política de paisagem requerem trabalho integrado a diferentes escalas, do planeamento ao desenho de projeto;
- Garantir que qualquer decisão sobre a paisagem seja sempre prospetiva e promova a melhoria da qualidade de vida de todos os seres vivos.

Este é o legado humanista ao qual procuramos dar continuidade, envolvendo os nossos estudantes em situações reais, aproximando-os das comunidades e da vida quotidiana, e assegurando que a investigação não decorre em circuito fechado, mas contribui para melhorar a qualidade de vida das populações.

A Escola de Arquitetura Paisagista da UÉ contribuiu, ao longo de décadas, para consolidar uma cultura de paisagem reconhecida nacionalmente por distintas áreas do saber, articulando ensino, investigação e prática profissional. A identidade construída desde 1975 mantém-se como referência estruturante da formação em Arquitetura Paisagista em Portugal.

4 AS ESTRUTURAS FORMATIVAS NA UNIVERSIDADE DE ÉVORA: TRÊS NÍVEIS DE ENSINO

4.1 Licenciatura em Arquitetura Paisagista

A obtenção do grau de licenciatura corresponde ao desenvolvimento de competências profissionais que permitam aos estudantes aplicar conhecimentos e demonstrar capacidade de compreensão numa abordagem própria da prática disciplinar. (PORTUGAL, 2006) Ao longo de quase quatro décadas, a licenciatura da UÉ foi alvo de diversas

reestruturações curriculares até à adaptação ao Processo de Bolonha, mantendo, contudo, os princípios fundacionais já referidos, assentes nas ciências da natureza e numa forte componente estética e humanista.

A estrutura inicial, com a duração de cinco anos - nove semestres letivos e um semestre dedicado ao estágio e ao trabalho final de curso - manteve-se essencialmente estável durante cerca de dezoito anos. Desse período inicial cumpre salientar uma maior abertura do curso, que passou a integrar candidatos oriundos não apenas das ciências, mas também das artes. Como pilares fundamentais da estrutura curricular será importante destacar uma forte formação em ecologia (anos setenta) que se conjuga com uma formação das ciências sociais e humanas e científico-tecnológicas e uma formação artística/estética.

Em 2001 ocorre a primeira grande reestruturação expressa: no reforço de disciplinas anuais para promover continuidade pedagógica; valorização das áreas de vegetação, projeto e do desenho assistido por computador (AutoCAD) e Sistemas de Informação Geográfica (SIG) estas últimas com carácter opcional; e eliminação do estágio e do relatório final. (PORTUGAL, 2001) Neste plano manteve-se ainda a exigência de aprovação nos 'Projetos de Arquitetura Paisagista' denominados "Concursos", realizados em regime obrigatório e sem qualquer acompanhamento pedagógico e didático, um requisito que só termina na reestruturação seguinte ao aparecer o reforço das componentes de projeto.

A reestruturação de 2003 resultou de processos de avaliação externa (FUP; APESP, 2003). Entre as modificações introduzidas distingue-se: redução da carga horária semanal; aumento dos ECTS² totais; organização do curso em torno das disciplinas de síntese - projetos e planos; reforço das componentes teórico-práticas em projeto e ordenamento; fortalecimento da formação teórica em projeto e estética; valorização dos domínios do AutoCAD, SIG e topografia; promoção de workshops e viagens de estudo como atividades curriculares obrigatórias; e criação de disciplinas destinadas a colmatar diferenças de formação de base entre estudantes oriundos das áreas das ciências e das artes.

A última reestruturação da licenciatura ocorre em 2007/2008, com a sua adequação a 180 créditos e três 3 anos letivos. Esta alteração permitiu alinhar a formação com os requisitos de acreditação da APAP e das federações europeia e internacional (EFLA e IFLA). A estrutura curricular organiza-se em cinco componentes essenciais: a) formação teórica e aplicada em arquitetura paisagista, integrando disciplinas como Teoria da Arquitetura Paisagista, Projeto, Ordenamento da Paisagem e o Trabalho Final de Curso; b) formação técnico-científica, incluindo áreas ligadas às ciências da natureza, SIG e técnicas de construção; c) formação estética e artística, abrangendo Estética da Paisagem, Desenho e Representação (AutoCAD); d) formação em ciências sociais e humanas, com disciplinas como História da Arte, Arte Paisagista e dos Jardins, Sociologia e Urbanismo; e) formação aplicada em contexto da atividade profissional, através de pequenos estágios.

Em síntese, a licenciatura em Arquitetura Paisagista da UÉ evoluiu ao longo de quase quatro décadas acompanhando transformações no ensino superior e orientações internacionais, mas preservando sempre a sua identidade assente nas ciências da natureza, na dimensão estética e no ensino do projeto e do ordenamento. As várias

² O ECTS (Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos) mede o trabalho e o desempenho dos estudantes, facilitando a mobilidade e o reconhecimento de estudos entre países europeus. Os créditos representam a carga de trabalho de uma disciplina. Na UÉ, 1 ECTS corresponde a 26 horas de trabalho, um semestre tem 30 ECTS e um ano letivo tem 60 ECTS.

reestruturações permitiram ajustar conteúdos, métodos e cargas horárias, reforçando a integração entre teoria, técnica e prática.

4.2 Mestrado em Arquitetura Paisagista

A obtenção do grau de mestre corresponde à aquisição de uma especialização de natureza académica, sendo sustentado pela investigação, pela inovação ou pelo aprofundamento de competências profissionais. (PORTUGAL, 2006)

A anteceder o mestrado em Arquitetura Paisagista, a UÉ ofereceu um primeiro mestrado em Recuperação do Património Arquitetónico e Paisagístico (1989–2007), pioneiro em Portugal por congregar a temática do património, da paisagem e da arquitetura (SALEMA, et al. 2014).

Orientações governamentais, decorrentes das Recomendações do Processo de Bolonha, levaram a que em 2007/2008 se iniciasse o mestrado em Arquitetura Paisagista, com a duração de quatro semestres (120 ECTS), na Escola de Ciências e Tecnologia. Este mestrado constituiu um marco na consolidação do ensino superior português na área, distinguindo-se pela articulação entre investigação, prática de projeto e planeamento/ordenamento, e reflexão crítica sobre a paisagem.

A estrutura curricular assenta numa pedagogia centrada na aprendizagem através do projeto, valorizando a experimentação, o trabalho em contexto real e a articulação entre as dimensões científica, artística, socioecológica, económica e ética da paisagem. A formação organiza-se em torno de unidades curriculares nucleares que representam mais de metade dos créditos do curso: Projeto de Arquitetura Paisagista (PAP I e II) e Ordenamento da Paisagem (OP I e II). Baseadas na metodologia de ateliê, estas unidades promovem a integração multidisciplinar e a interdisciplinaridade, tendo o desenho como instrumento central de síntese e comunicação. Este modelo dá continuidade aos aspetos identitários antes mencionados e alinha-se com as orientações da IFLA e da ECLAS para a educação em Arquitetura Paisagista.³

As restantes unidades curriculares - como Estudos Visuais, Estética e Ética da Paisagem, Análise Espacial ou Realidade Virtual em Arquitetura Paisagista - complementam a formação através de abordagens transversais. As unidades optativas (18 ECTS), distribuídas por diversas áreas científicas (Artes e Técnicas da Paisagem, Ambiente e Ecologia, Ciências Sociais, Artes Plásticas e Filosofia), permitem aos estudantes construir percursos personalizados, promovendo simultaneamente a pluridisciplinaridade.

A dimensão de investigação e reflexão crítica intensifica-se no terceiro semestre, com a unidade curricular Seminário de Arquitetura Paisagista, dedicada ao debate de problemáticas contemporâneas da paisagem, metodologias de investigação e ética profissional. Este espaço serve também de ponto de partida para o desenvolvimento do

³ IFLA; UNESCO. *Charter for Landscape Architectural Education* (2005, 2012, 2017); IFLA. *Guidance Document for Recognition or Accreditation: Professional Education Programs in Landscape Architecture* (2008); EFLA; ECLAS. *Minimum Requirements for European Landscape Architectural Studies to Qualify for Professional Recognition* (2008, 2011).

tema do trabalho final de mestrado. O quarto semestre é integralmente dedicado a este trabalho (30 ECTS), que pode assumir a forma de dissertação, trabalho de projeto ou relatório de estágio (PORTUGAL, 2006, art. 20), garantindo a articulação entre investigação académica e prática profissional.

As metodologias pedagógicas asseguram a coerência entre objetivos, conteúdos e avaliação contínua, procurando integrar ensino, investigação e prática. Entre estas destaca-se a tradição das viagens de estudo, essenciais na formação interdisciplinar e no desenvolvimento da capacidade de observar, experienciar e refletir criticamente sobre a paisagem, fundamental à compreensão e transformação. (FREIRE; CARAPINHA, 2024) Incentiva-se igualmente a participação em workshops, conferências e exposições, que fortalecem o debate sobre desafios contemporâneos.

Nas unidades curriculares de síntese - PAP I e II, e OP I e II - desenvolvem-se componentes práticas articuladas com contextos, necessidades e problemas reais, frequentemente em colaboração com instituições regionais ou com profissionais de diversas áreas disciplinares. Os estágios, realizados em gabinetes privados, autarquias e entidades da administração regional e central, reforçam esta ligação entre academia e prática, consolidando a vertente aplicada da formação.

Em síntese, o mestrado afirma-se como um programa de referência na formação avançada em paisagem, caracterizado por uma pedagogia integradora, interdisciplinar e comprometida com os desafios ecológicos, socioculturais e económicos contemporâneos. O modelo formativo promove o pensamento crítico, a compreensão sistémica da paisagem e a ética da intervenção, preparando profissionais e investigadores para conceber, ordenar e gerir paisagens sustentáveis, o que vai ao encontro dos princípios da Convenção Europeia da Paisagem. (CONSELHO DA EUROPA, 2000)

4.3 Doutoramento em Artes e Técnicas da Paisagem

A acompanhar a formação inicial em Arquitetura Paisagista, a UÉ oferece o doutoramento em Artes e Técnicas da Paisagem, especialidade de Arquitetura Paisagista e Arte dos Jardins, surgindo os primeiros doutoramentos na última década do século XX, inaugurando-se assim um período de consolidação da investigação e do ensino avançado.

A continuidade deste período inicial, integrou não só estudantes nacionais, maioritariamente com o grau inicial da UÉ, como estrangeiros, onde é expressivo o contribuindo para o reforço da investigação científica em Arquitetura Paisagista.

O primeiro programa de doutoramento ATP da UÉ foi criado em 2004/2005 (PORTUGAL, 2004), integrando-se na unidade orgânica Instituto de Investigação e Formação Avançada (IIFA). Estruturado inicialmente com duração de três anos (180 ECTS), o ciclo de estudos correspondia essencialmente ao trabalho de investigação e à elaboração da tese. As adaptações decorrentes da implementação do Processo de Bolonha reforçaram o programa (PORTUGAL, 2010), assegurando continuidade com a formação graduada e pós-graduada em Arquitetura Paisagista.

Alterações curriculares posteriores permitiram ampliar e personalizar a formação, ajustando-a ao percurso académico e aos objetivos científicos de cada doutorando. Para tal, os estudantes podem selecionar unidades curriculares (18 ECTS) que se integram em

diversas áreas científicas, onde são exemplo Seminário de Artes e Técnicas da Paisagem, Cultura da Natureza, Métodos de Investigação em Paisagem, Métodos de Investigação em Ambiente e Teoria e Pensamento Contemporâneo. (PORTUGAL, 2017)

Mais recentemente, foi introduzido o Curso de Competências Transversais (12 ECTS), criado pelo IIFA, destinado ao desenvolvimento de aptidões comunicacionais, metodológicas e profissionais, onde se incluem os domínios da ética e integridade científica, comunicação oral e escrita, acesso aberto e divulgação da ciência, gestão de projetos, empreendedorismo, liderança, adaptação ao mercado de trabalho e utilização de software especializado. Com esta última alteração, o ciclo passou a ter a duração de quatro anos (210 ECTS). (PORTUGAL, 2023)

O modelo pedagógico integra, além das unidades curriculares e do curso de competências transversais, do trabalho de investigação conducente à tese, a participação em viagens de estudo e o envolvimento em atividades científicas complementares - cursos breves, workshops, seminários, encontros doutorais ou reuniões científicas - onde os estudantes apresentam e discutem os seus trabalhos e se promovem processos continuados de avaliação e autoavaliação.

A articulação entre a investigação e o ensino em Arquitetura Paisagista concretiza-se por via dos centros de investigação Centro de História da Arte e Investigação Artística (CHAIA) e Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento (MED). O mestrado em Arquitetura Paisagista e o doutoramento em Artes e Técnicas da Paisagem beneficiam particularmente das dinâmicas do CHAIA, onde vários investigadores são simultaneamente docentes destes cursos. A investigação desenvolvida no centro, bem como o apoio científico e financeiro disponibilizado aos estudantes, contribuem para a consolidação do percurso doutoral.

No CHAIA, a linha de investigação dedicada à Paisagem promove a revisão crítica de conceitos paisagem e património, aprofunda a noção de transformação associada à dinâmica dos sistemas paisagísticos e afirma a paisagem como estratégia operacional de ordenamento, planeamento e desenvolvimento territorial, valorizando as memórias ecológica e coletiva. É neste quadro conceptual que se integra a participação dos alunos em atividades científicas interdisciplinares, tanto introdutórias como especializadas.

Em síntese, o doutoramento em Artes e Técnicas da Paisagem conjuga investigação, prática e reflexão crítica, promovendo uma abordagem interdisciplinar e eticamente comprometida com os desafios contemporâneos, contribuindo para o avanço científico e para a consolidação da disciplina em Portugal.

5 A ARQUITETURA PAISAGISTA NO CONTEXTO DO PROCESSO DE BOLONHA

O Processo de Bolonha, iniciado em 1999, teve como objetivo tornar os sistemas de ensino superior europeus mais comparáveis, através dos três ciclos (licenciatura, mestrado e doutoramento) e do sistema de créditos ECTS, facilitando mobilidade, reconhecimento de qualificações e cooperação académica.

Considera-se que o Processo de Bolonha (PORTUGAL, 2006), quando corretamente aplicado e não numa lógica meramente economicista, apresenta aspetos positivos e introduz uma visão que ultrapassa o modelo académico tradicional. Ao valorizar não só o tempo letivo e o contacto com docentes, mas também atividades complementares (conferências, congressos, viagens de estudo, formação individual, entre outras

contabilizadas em ECTS), o processo promove uma maior responsabilidade do estudante na construção da sua formação e estimula o pensamento crítico.

A substituição gradual das horas de contacto por estudo autónomo e atividades extracurriculares torna o estudante mais ativo no seu percurso académico. No entanto, a realidade atual está distante dos princípios orientadores do Processo de Bolonha. A implementação adequada é dispendiosa e muitas universidades públicas portuguesas não dispõem dos recursos necessários.

Acresce que este modelo pode ser eficaz em determinadas áreas do conhecimento (como matemática, ciências da terra, física ou algumas ciências sociais e humanas), porém, em áreas de banda larga, como a Arquitetura Paisagista, o modelo 3 anos de licenciatura + 2 de mestrado revela-se inadequado.

Formações de banda larga exigem tempo para integrar conhecimento transdisciplinar e desenvolver uma prática igualmente complexa, onde o ato criativo e estético é essencial. A redução do tempo de contacto diminui conteúdos programáticos, limita o cruzamento entre áreas e comprime o espaço para crítica e desenvolvimento conceptual - elementos incompatíveis com a temporalidade longa da prática do arquiteto paisagista.

Nesta área, o pensamento é conjuntivo: articula múltiplos saberes e escalas, refletindo-se no desenho, no projeto ou no plano, todos exigindo um processo formativo longo, contínuo e amadurecido. Tal como a visão do arquiteto paisagista é sistémica, integrada e dinâmica, também a sua formação deve respeitar os tempos necessários para compreender a complexidade, continuidade e temporalidade dos sistemas naturais e culturais.

A formação em Arquitetura Paisagista requer uma temporalidade longa, capaz de acompanhar a complexidade associada à paisagem. Por isso, o modelo 3+2 não se ajusta à profundidade necessária, e a criação de um mestrado integrado de 5 anos - proposta defendida pela escola da UÉ - teria sido mais adequada, embora não tenha sido aprovada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na UÉ a oferta formativa envolveu a licenciatura em Arquitetura Paisagista (1975–2019) e o mestrado em Recuperação do Património Arquitetónico e Paisagístico (1989–2007), e envolve atualmente o mestrado em Arquitetura Paisagista (desde 2007) e o Doutoramento em Artes e Técnicas da Paisagem (desde os anos 80).

Ao longo de mais de quatro décadas, esta oferta tem procurado garantir a continuidade formativa dos estudantes, refletindo a complexidade e a natureza transdisciplinar e interdisciplinar associada ao conceito de paisagem, bem como as preocupações com a qualidade de vida.

No ensino da licenciatura, este entendimento traduziu-se numa introdução sólida aos fundamentos teóricos, ecológico-culturais e técnicos, permitindo reconhecer a paisagem como uma síntese dinâmica entre processos naturais e ações humanas. No mestrado, a ênfase desloca-se para a integração crítica e criativa desses saberes, estimulando o desenvolvimento de metodologias de investigação e intervenção que abordem a paisagem como objeto teórico-prático e fomentem a compreensão sistémica e a ética da intervenção. Finalmente, ao nível do doutoramento, espera-se que o estudante assuma uma posição reflexiva e contribua para o avanço do conhecimento disciplinar, explorando

novas leituras da paisagem enquanto entidade relacional e complexa - natural e cultural, material e simbólica.

Nas últimas duas décadas, destacam-se as orientações enunciadas em documentos internacionais, onde surgem princípios já presentes nas estruturas curriculares da UÉ desde a sua fundação, refletindo o caráter pioneiro, e outros foram sendo integrados progressivamente. Salientam-se os domínios socioculturais e ecológicos do projeto e do ordenamento da paisagem, a valorização da biodiversidade, da estética e ética da paisagem e a necessidade de prática interdisciplinar. Outros conteúdos foram integrados em função de avanços tecnológicos, como ferramentas digitais (CAD e SIG) e, mais recentemente, enfrenta-se o desafio do uso de ferramentas generativas IA. A responsabilidade de ensinar os usos corretos desta ferramenta é enorme, do ponto de vista ético, técnico e deontológico.

Formar arquitetos paisagistas implica desenvolver não apenas competências técnicas e criativas, mas também atitude crítica e de investigação, capaz de compreender e intervir na complexidade da paisagem contemporânea. O ensino deve ser concebido como percurso contínuo, no qual se aprofundam componentes intelectuais e experimentais, e onde o diálogo entre disciplinas, a consciência crítica e a investigação aplicada constituem o núcleo da formação académica e profissional. Foi esse o percurso que procurámos evidenciar com o estudo de caso da Escola de Arquitetura Paisagista da UÉ, criada há cinquenta anos.

REFERÊNCIAS

ANDRESEN, Maria Teresa Lencastre de Melo Breiner. **Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian: Francisco Caldeira Cabral e a Primeira Geração de Arquitetos Paisagistas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

CONSELHO DA EUROPA. **Convenção Europeia da Paisagem**. Florença: Conselho da Europa, 2000.

EFLA; ECLAS. **Minimum Requirements for European Landscape Architectural Studies to Qualify for Professional Recognition by EFLA and ECLAS**. 2008, 2011.

FREIRE, Maria da Conceição Marques; CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. **Teaching with the place and body**. *Amps Proceedings Journal Series*, n. 38, p. 86–92, 2024.

FREIRE, Maria da Conceição Marques. **Para uma diferente aproximação ao ensino do projeto de arquitetura paisagista**. 2011. Tese (Doutorado em Artes e Técnicas da Paisagem) – Universidade de Évora, Évora, 2011.

FUP; APESP. **Relatório de Avaliação Externa da Licenciatura em Arquitetura Paisagista, Universidade de Évora**. 2003.

IFLA; UNESCO. **World Charter for Landscape Architectural Education**. 2012.

IFLA; UNESCO. **Addenda to Charter for Landscape Architectural Education**. 2017.

IFLA; UNESCO. **Charter for Landscape Architectural Education. Final Draft**. 2005.

IFLA. **Guidance Document for Recognition or Accreditation: Professional Education Programmes in Landscape Architecture**. 2008.

PORTUGAL. **Aviso n.º 12964/2023, de 6 de julho de 2023.** *Diário da República*, 2.ª série, n.º 130, Lisboa, 2023.

PORTUGAL. **Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março. Regulamenta os graus e diplomas do ensino superior.** *Diário da República*, 1.ª série, Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 2006.

PORTUGAL. **Deliberação n.º 1065/2001.** *Diário da República*, 2.ª série, n.º 164, 17 jul. 2001.

PORTUGAL. **Diário da República n.º 71/2004, Série II, 24 mar. 2004.** Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 2004. p. 4596.

PORTUGAL. DIREÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR. **Aviso n.º 8567/2017.** *Diário da República*, 2.ª série, n.º 147, Lisboa, 1 ago. 2017.

PORTUGAL. UNIVERSIDADE DE ÉVORA. **Doutoramento em Artes e Técnicas da Paisagem: Estrutura curricular e plano de estudos.** *Diário da República*, 2.ª série, n.º 71, p. 18972–18975, 13 abr. 2010.

SALEMA, Sofia; SOARES, João; RIVERA, Jorge Croce. **The Experience of a Pioneer Research Program in Architecture in Évora.** *AE... Revista Lusófona de Arquitectura e Educação / Architecture & Education Journal*, n. 11, 2014.

STILES, Richard et al. **ECLAS Guidance on Landscape Architecture Education: The Tuning Project (Version 27).** LE: NOTRE Project of ECLAS, 2010.